

O ENSINO DA LITERATURA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Iassmyn Vitoria Costa Santos¹

Islane Archanjo Rocha Martins²

Bernardo Gomes Barbosa Nogueira³

RESUMO

O presente escrito decorre do projeto de pesquisa Direito e Literatura: um estudo sobre processos territoriais inclusivos, da Universidade Vale do Rio Doce. Objetiva-se discutir as obras literárias utilizadas no currículo do ensino médio de três escolas públicas, sendo as escolas selecionadas: a) Escola Israel Pinheiro, localizada no Centro da Cidade de Governador Valadares, b) E. E. Carlos Luz, que fica localizada também no Centro da Cidade – no Morro do Carapina, e c) a Escola localizada na Unidade Socioeducativa de privação de liberdade, e, portanto, atende jovens em cumprimento do acautelamento. A premissa teórica de Antônio Cândido em sua obra Direito à Literatura conduz à busca por explicações aos questionamentos acerca do efetivo cumprimento do direito fundamental à literatura e seus corolários. Discorre-se sobre a função da literatura na formação dos indivíduos, e, precipuamente, reclama pela necessidade de que ela seja considerada um direito humano e empoderador. É de se dizer que, a luta pelo Direito à literatura abrange uma luta por um Estado em que todos têm acesso à literatura enquanto libertadora do sistema dominante, portanto, deve-se lutar contra a precarização do ensino da literatura no ensino básico, impedindo que seus direitos sejam eludidos.

PALAVRAS-CHAVE: literatura; direito fundamental; ensino público.

ABSTRACT

The present writing stems from the research project Law and Literature: a study on inclusive territorial processes, at Universidade Vale do Rio Doce. The objective is to discuss the literary works used in the high school curriculum of three public schools, the selected schools being: a) Israel Pinheiro School, located in the center of the city of Governador Valadares, b) E. E. Carlos Luz, which is also located in the Center da Cidade – in Morro do Carapina, and c) the School located in the Socio- Educational Unit of deprivation of liberty, and, therefore, serves young people in compliance with the precaution. The theoretical premise of Antônio Cândido in his work Direito à Literatura leads to the search for explanations to the questions about the effective

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Governador Valadares, MG, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7448922574099332>, e-mail: iassmyn.santos@univale.br

² Mestre em Gestão Integrada do Território. Professora da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Governador Valadares, MG, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4746832678661732> e-mail: islane.rocha@univale.br

³ Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete; Especialização em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto; Mestre em Ciências Jurídico-Filosóficas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor em Direito pela PUC Minas Gerais com estágio de Doutorado na Universidade de Coimbra. Atualmente é professor do curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da UNIVALE. Professor da Faculdade de Direito Milton Campos. Professor do Instituto de Mediação Aplicada (IMA). Professor do SUPREMO. Mediador credenciado pelo TJMG. Membro Honorário da Rede Brasileira de Direito e Literatura - RDL. Email: bernardo.nogueira@univale.br, <http://lattes.cnpq.br/8970715085414975>.

fulfillment of the fundamental right to literature and its corollaries. It discusses the function of literature in the formation of individuals, and, above all, claims for the need for it to be considered a human and empowering right. It should be said that the fight for the Right to Literature encompasses a fight for a State in which everyone has access to literature as a liberator from the dominant system, therefore, one must fight against the precariousness of the teaching of literature in basic education, preventing their rights are evaded.

KEYWORDS: literature; fundamental right; public education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA. 3 RESULTADOS ALCANÇADOS. 4 DISCUSSÃO. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

O presente escrito decorre do projeto de pesquisa Direito e Literatura: um estudo sobre processos territoriais inclusivos, da Universidade Vale do Rio Doce. Justifica-se a pesquisa, por ser imperiosa a função da literatura na formação das pessoas, reclamando a necessidade de ser considerado um direito humano e fundamental no viés de Antônio Cândido (2011).

Este é o percurso que se pretende seguir ao avaliar de que maneira as obras literárias da matriz curricular do ensino médio das instituições de ensino – públicas e marginalizadas – contribuem para construção de um imaginário inclusivo, democrático e plural, concretizando, portanto, direitos fundamentais instituídos na Constituição Federal de 1988. Para tanto, inicialmente, buscar-se-á abordar sobre o movimento do Direito à Literatura, visto que os efeitos do ensino da literatura têm potencial para proporcionar um caminho a transformação na relação em que os indivíduos lidam com o mundo.

Posteriormente, haja vista o movimento Direito à Literatura e o que a literatura simboliza em sua grandeza, buscar-se-á avaliar as obras disponibilizadas as escolas por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os clássicos. Esses últimos, predominantes nas bibliotecas, representariam a reprodução hegemônica no seio do movimento, sem identificação, processo em que a literatura se afasta de sua característica essencial, que corresponde a dar forma à personalidade do indivíduo.

No tocante à metodologia, os argumentos aqui apresentados partem de um estudo bibliográfico e da análise dos documentos oficiais que regem o ensino de

maneira geral, notadamente o ensino público a nível médio, e da literatura em específico. Trata-se, ainda, de um estudo qualitativo, do tipo descritivo e analítico. E se dará por meio de revisão da bibliografia literária e documental do ensino médio de três escolas públicas, sendo as escolas selecionadas: a) Escola Israel Pinheiro, localizada no Centro da Cidade de Governador Valadares e que atende jovens de vários bairros do Município, b) E. E. Carlos Luz, que fica localizada também no Centro da Cidade – no Morro do Carapina – mas que atende aos jovens residentes ali, e c) a Escola localizada na Unidade Socioeducativa de privação de liberdade, e portanto, atende jovens em cumprimento do acautelamento.

O texto foi estruturado mediante a apresentação da fundamentação teórica, dos resultados alcançados, além da introdução e das considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 prevê em seu artigo 27 que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”. Além disso, “tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor”.

A educação é um direito humano fundamental disposto em vários momentos do texto da Constituição Federal de 1988, especialmente no Título VI – Capítulo III – Seção I “Da Educação”, que em seu artigo 205, dispõe que: “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988)

Na Constituição de 1988, em seu artigo 206, inciso II e artigo 215 há o amparo da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Dispõe também que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, bem como apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

O direito social à educação possui diretrizes e bases a nível nacional e que são regulamentadas pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que logo em seu artigo 1º que a educação

“abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Conforme previsto pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior, na forma do artigo 21 da Lei nº 9.394/96. Porém, o presente trabalho se aterá ao estudo relativo ao ensino médio, o qual integra a educação básica, e se refere à "etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos" (BRASIL, 1996).

O artigo 35 da aludida legislação dispõe sobre as finalidades do ensino médio, quais sejam:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p. 10-11).

Conforme disposto acima, dentre as finalidades da mencionada etapa de ensino pode ser destacada “[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996, p. 11).

Conforme o artigo 35-A, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1996). É de se esclarecer que em 14 de dezembro de 2018, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio.

O documento normativo dispõe que a BNCC resolve o conjunto orgânico e

progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver durante as etapas da Educação Básica, de maneira que tenham garantidos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, consoante o que prevê o Plano Nacional de Educação (PNE).

No que toca à literatura, a atual BNCC (2018) traz alguns apontamentos, dentre os quais destacamos:

Em relação à literatura, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. [...] Assim, é importante não só (re)colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes. Como linguagem artisticamente organizada, a literatura enriquece nossa percepção e nossa visão de mundo. Mediante arranjos especiais das palavras, ela cria um universo que nos permite aumentar nossa capacidade de ver e sentir. Nesse sentido, a literatura possibilita uma ampliação da nossa visão do mundo, ajuda-nos não só a ver mais, mas a colocar em questão muito do que estamos vendo/vivenciando (BRASIL, 2018, p. 491).

O referido documento normativo desvela a pertinência da literatura para o enriquecimento da percepção e da visão de mundo do estudante, o que demonstra seu papel formador da personalidade.

Nesse sentido, é possível afirmar que a literatura é basilar para a formação dos discentes, pois por meio dela é possível alcançar, dentre outras finalidades, a disposta no inciso III, do artigo 35 da Lei nº 9.394/96, qual seja, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Antônio Cândido publica, em 1988, ano da promulgação da Constituição cidadã, um texto emblemático, intitulado O direito à literatura. Nele, o autor discorre não apenas acerca da imperiosa função da literatura na formação das pessoas, bem como reclama pela necessidade de que ela seja considerada um direito humano e fundamental.

Para Cândido (2011, p. 175):

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por

isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante.

Enquanto direito humano e fundamental, a literatura tem papel formador da personalidade. Porém, segundo Cândido (2011, p. 176), essa formação não ocorreria segundo as convenções, seria a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. “Nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco”.

Segundo Zilberman (2008, p. 17):

Dúbia, a literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior; mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção, produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê.

A literatura acaba por conduzir à consciência da realidade ou permite questionamentos que a visão convencional gostaria de proscrever. No âmbito da instrução escolar o livro chega a engendrar conflitos, porque o seu efeito supera as normas estabelecidas (CÂNDIDO, 2011). Para Zilberman (2008), a leitura do texto literário permite adentrar o âmbito da alteridade sem negar a subjetividade e a história do leitor. Este não esquece suas próprias dimensões, mas amplia o que já conhece. Trata-se de uma atividade bastante completa, raramente substituída por outra, mesmo as de ordem existencial. Essas têm seu sentido aumentado, quando contrapostas às vivências transmitidas pelo texto, de modo que o leitor tende a se enriquecer graças ao seu consumo (ZILBERMAN, 2008, p. 17).

Segundo Zilberman (2008, p. 17-18)

Se esse é o ângulo individual da leitura, o ângulo social decorre dos efeitos desencadeados. O leitor tende a socializar a experiência, cotejar as conclusões com as de outros leitores, discutir preferências. A leitura estimula o diálogo, por meio do qual se trocam resultados e confrontam-se gostos. [...] a leitura sugere outra faceta educativa da literatura: o texto artístico talvez não ensine nada, nem queira fazê-lo; mas seu consumo induz a práticas socializantes, que, estimuladas, mostram-se democráticas, porque igualitárias.

A ausência, por parte do leitor, de um maior convívio com a literatura não permite um constante aprofundamento e a garantia de uma sólida formação cultural, o que geram leitores enfraquecidos, porque ler é, sobretudo, prazer e conhecimento. Ler propicia ao leitor um maior contato com a sua cultura e a cultura de outros povos e culturas. Assim, o pilar de uma solidez na formação é fundado no ato de ler (PEREIRA FILHO, 2015).

Sobre isso, Zappone (2015) traz algumas questões pertinentes a serem pontuadas. Segundo a autora, seria muito animador se pudéssemos conferir à literatura e a seu ensinamento um espaço especial na escola e, ainda mais, se as práticas efetivas de leitura dela feitas patrocinassem um leitor politizado, crítico e humano.

No entanto, acrescenta a autora, por mais que a Lei nº 9.394/1996 disponha que o ensino médio pode ser terminal ou admitir o prosseguimento dos estudos, é necessário perceber que, para muitas pessoas, ele não é terminal e nem possibilita o prosseguimento de estudos, uma vez que poucos completarão esse nível de ensino e alcançarão o ensino superior. Dessa maneira, as normas, sejam as diretrizes, os parâmetros ou as orientações governamentais, dentre outros, colidem com problemas maiores, que excedem a esfera dos contornos da literatura (ZAPPONE, 2015).

Fato é que, os tempos da modernidade, saturados de urgências capitalistas, amenizaram no espírito das leis (diretrizes, orientações, parâmetros) o caráter formador da literatura e muitas delas, sobretudo a Lei nº 9.394/1996, foram criadas com intencionalidades direcionadas às políticas do capital, para as quais o estudo e o contexto escolar devem ser pensados para (re)produzir trabalhadores aptos ao mercado de trabalho (ZAPPONE, 2015). Vale pensar que o espaço dado à literatura tem relação intrínseca com o sistema neoliberal que colaciona posses materiais como o único qualificativo dos “homens de bem”, rejeitando outros bens simbólicos de ordem cultural, moral e ética (ZAPPONE, 2015).

Existem muitos desafios a serem enfrentados, sobretudo quando se trata da depreciação da literatura e ao apego aos conhecimentos pragmáticos de uma educação voltada para o mundo do trabalho. No tópico a seguir, demonstrarem as nossas experiências no campo do ensino médio de três escolas públicas do Município

de Governador Valadares, sendo as escolas escolhidas: a) Escola Israel Pinheiro, localizada no Centro da Cidade de Governador Valadares, b) E. E. Carlos Luz, que fica localizada também no Centro da Cidade – no Morro do Carapina, e c) a Escola localizada na Unidade Socioeducativa de privação de liberdade, e, portanto, atende jovens em cumprimento do acautelamento.

3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Impende-se apresentar, ainda que em linhas gerais, o projeto de pesquisa em andamento, o qual proporcionou as vivências abaixo elucidadas.

Trata-se do Projeto de Pesquisa denominado “Direito e literatura: um estudo sobre processos socioterritoriais inclusivos” desenvolvido na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), sob a Coordenação do Professor Dr. Bernardo Gomes Barbosa Nogueira.

Como já mencionado, o projeto de pesquisa se limita aos estudos da fase do ensino médio de três escolas públicas, sendo as escolas selecionadas: a) Escola Israel Pinheiro, localizada no Centro da Cidade de Governador Valadares e que atende jovens de vários bairros do Município, b) E. E. Carlos Luz, que fica localizada também no Centro da Cidade – no Morro do Carapina – mas que atende aos jovens residentes ali, e c) a Escola localizada na Unidade Socioeducativa de privação de liberdade, e portanto, atende jovens em cumprimento do acautelamento.

Desse modo, considerando como ponto inaugural a apresentação do Projeto de Pesquisa Direito e Literatura, os pesquisadores se reuniram nos colégios com vistas a expor o seu objeto de estudo e, sobretudo, conhecer a realidade das instituições. Foi esclarecida a abordagem territorial e decolonial, tendo o projeto como fim, em sua integralidade, alcançar alguns objetivos, tais como analisar as matrizes curriculares das disciplinas, em especial no que tange sua bibliografia literária, podendo ser materiais de análises: caderno dos alunos, planejamento docente, plano de trabalho da escola e projetos em andamento. Numa primeira experiência, os pesquisadores se deslocaram, no dia 11 de março de 2022, para a Unidade Socioeducativa em Governador Valadares/MG. O projeto e suas diretrizes foram apresentados à instituição. Observou-se que, a escola fomenta o hábito de leitura, existindo o método de rotação de livros incentivado por uma das funcionárias. Foi destacada também a

importante produção de um livro, intitulado como “Conte um Conto” produzido pelos alunos da escola, lançado no mês de março de 2022.

No que tange à produção literária, a diretora da escola São Francisco de Assis, mencionou a verba disponível no importe de R\$1.000,00 (mil reais) para aquisição de novas obras e sugeriu, além da participação dos pesquisadores para seleção das novas aquisições, que se ampliasse a proposta para todas as escolas públicas da municipalidade.

No final da reunião de apresentação, foram levantados os seguintes encaminhamentos para iniciar os trabalhos: requerimento dos planos de trabalho e planejamento docente; ampliar as proposições do projeto para a municipalidade; verificar a possibilidade de participação em podcast dos alunos para divulgação da obra produzida; estudar sobre a verba “Fortalecimento das Aprendizagens”.

Aos dias 05 de agosto de 2022, às 8h00min, na Escola Estadual Israel Pinheiro, reuniram-se novamente os colaboradores para apresentar o projeto à diretora da escola. A reunião começou com um passeio nas dependências do colégio com atenção especial a biblioteca e seu acervo literário.

Expostas as razões e os objetivos da pesquisa, a diretora se mostrou aberta em contribuir com os estudos, levantando as seguintes informações relevantes acerca dos estudos literários na escola: que o estudo da Literatura abrange os estudos da disciplina de Língua Portuguesa, motivo pelo qual a exploração dessa área depende da subjetividade do professor responsável pela matéria; que, atualmente, apenas uma explora com profundidade a Literatura em suas aulas; que os livros contidos no acervo da escola proveem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem qualquer liberdade de escolha, e que a escola possui hoje, uma verba de R\$7.000,00 (sete mil reais) para o ensino fundamental e o mesmo montante para o ensino médio para aquisição de novas obras; que as obras selecionadas já foram listadas a critério dos professores da instituição e, em momento posterior, iria enviar a lista aos pesquisadores; que, hoje, a escola se depara com o problema na aquisição da seleção, uma vez que as editoras fecham as compras em lote.

Em um segundo momento, na mesma data, aos dias 05 de agosto de 2022, às 10h00min, na Escola Estadual Carlos Luz, reuniram-se, para um primeiro contato, os colaboradores do projeto para apresentação da Pesquisa à direção da escola. Inicialmente, os pesquisadores foram informados que no colégio há um “público leitor”,

resultado dos esforços da direção e do projeto intitulado “Constelação”, mas também reclamaram a ausência de carga horária específica para o estudo da Literatura, o qual abrange os estudos da disciplina de Língua Portuguesa, motivo pelo qual a dedicação a esse conteúdo está atrelada à formação e à subjetividade do professor responsável pela matéria.

4 DISCUSSÃO

O projeto que ora se intitula “Direito e literatura: um estudo sobre processos socioterritoriais inclusivos”, inicialmente, pretendia examinar a influência das obras literárias estudadas nos currículos regulares do ensino médio nas escolas públicas de Governador Valadares, sobretudo, nas escolas acima apontadas. Buscava-se respostas acerca do efetivo implemento daquilo denominado, junto de Antônio Cândido (2011), de um direito à literatura, e todos os seus colorários quanto à formação, a memória, a diversidade, a violência, as minorias e sua inclusão.

A questão investigativa até então norteadora era: Quais os processos socioterritoriais e constitucionais as obras literárias estudadas nos currículos de ensino médio de escolas públicas em GV se articulam?

Face a isso, o projeto trabalhou com a hipótese de que, por meio da literatura e de seu ensino e prática, poderíamos atuar na construção de um imaginário mais inclusivo, democrático, plural, e por consequência, mais humano e menos violento.

Essa hipótese permitiu com o que grupo de pesquisa perguntasse: de qual literatura se fala em nossas escolas (?), de onde vem (?), por quem é produzida (?), quais sustentações ideológicas ela traz (?), e, mais ainda, se seria possível apreender, a partir das obras estudadas pelos alunos, os efeitos profissionais, psicológicos, afetivos, sociais e jurídicos, quer dizer: se estudam obras que trabalham a inserção de minorias? Estudam-se obras com foco na formação de pessoas com discursos e práticas não violentas? Estudam-se obras que afirmam a relação com a memória do entorno? Estuda-se obras que afetem a formação inclusiva? Estudam-se obras que permitem aos estudantes perceber a necessidade da pluralidade, seja ela de gênero, de raça e/ou social?

Foram elencados alguns objetivos específicos para o desenvolvimento da pesquisa com a tentativa de responder a esses questionamentos, tais como: a)

Identificar as obras literárias que são utilizadas no Ensino Médio nas Escolas Públicas de GV; b) Inventariar o lócus histórico, social, jurídico, político, psicológico e pedagógico das obras literárias estudadas nos currículos supracitados; c) Questionar sobre a adequação das obras ante os objetivos constitucionais de formação democrática e inclusiva; d) Pesquisar as relações das obras literárias a partir das dimensões psicológicas, pedagógicas, políticas, socioculturais e históricas; e) Direcionar um olhar crítico acerca dos tipos de obras trabalhados nos currículos mencionados; f) Delinear as socioterritorialidades e a socioespacialidades da dinâmica direito e literatura; g) Implementar trabalhos interdisciplinares no sentido de orientar possíveis obras literárias para a consecução dos fins democráticos, plurais e inclusivos descritos na Constituição Federal de 1988.

Esperava-se na discussão, realizar uma análise dos resultados do estudo e das respostas encontradas a partir da abordagem territorial e decolonial. Almejava-se selecionar os currículos com posterior análise crítica e dialética, para, adiante, se referendada a hipótese, propor novas obras e novas abordagens com fins a uma melhor formação. Como material de análise, seriam analisados os cadernos dos alunos, planejamento docente, plano de trabalho da escola, projetos em andamento ou qualquer outro documento que permita o cumprimento dos objetivos propostos.

Todavia, os resultados encontrados causaram certa perplexidade, notadamente quanto ao caráter acessório e de ausência de autonomia da disciplina de Literatura. Foi pontuado pelos diretores e professores que o estudo literário abrange os estudos da disciplina de Língua Portuguesa, motivo pelo qual o desenvolvimento dessa área depende da subjetividade do professor responsável pela matéria.

A partir dessa realidade, buscamos analisar o contexto educacional brasileiro no tocante ao ensino de Literatura, enquanto disciplina (não) autônoma. Verificou-se que “entre os anos de 2001 e 2002, houve o ‘desaparecimento’ da disciplina Literatura no ensino médio de vários estados brasileiros. O ensino da Literatura foi substituído por ou diluído sob a fórmula comunicação e expressão” (PERRONE-MOISÉS, 2006, p.19).

Segundo Luft (2014, p. 89):

Embora se reconheça a centralidade da escola na formação educacional dos sujeitos, as disponibilidades curriculares e as metodologias impostas

no ensino médio influem diretamente no afastamento gradativo dos sujeitos em relação aos livros. O resultado está, ao que parece, situado em um espaço no qual a leitura, como encaminhada na escola, perde atração, tornando-se uma atividade que o sujeito encerra quando sai da sala de aula. A escola leva os alunos a ler, mas não os ajuda a tornarem-se leitores.

O ensino da Literatura por vezes é associado à abordagem histórica dos períodos literários, se dedicando cada vez menos à leitura e análise das obras literárias (LUFT, 2014). Observa-se que:

[...] em sala de aula a literatura costuma ser isolada de outras artes e contextos, até mesmo de outras culturas, mesmo as mais próximas. Não são previstas, por exemplo, possibilidades de um mínimo de leituras de alguns dos clássicos do Ocidente, por exemplo. O acesso dos alunos à grande literatura é bloqueado (LUFT, 2014, p. 92).

A autora esclarece, ainda, que causa estranhamento a condenável inversão, em que o estudante não tem contato com a literatura através da leitura dos textos literários, mas com alguma forma de crítica, de teoria ou de história literária. Assim, seu convívio é mediado pela maneira “disciplinar” e institucional. O estudante do ensino médio passa a entender a literatura como uma matéria escolar a ser estudada em sua periodização sem o conhecimento que ela lhe forneceria sobre o mundo, os homens, as paixões, enfim, sobre a sua vida íntima e pública (LUFT, 2014).

Para Zilberman (2008), a prática leitura se constitui como prática excepcional, e a literatura, em boa parte das escolas nacionais, como um alienígena. A vivência de obstáculos em desfavor ao ensino da literatura, intervém de maneira prejudicial no gosto pela leitura, conseqüentemente, na formação de leitores, na falha do reconhecimento efetivo de direitos, a memória, a diversidade, as minorias e sua inclusão.

Nessa toada, apesar de existirem diversos textos legais, tais como apontados nas seções anteriores, que assegurem o direito a promoção dos saberes e da cultura, perdura a falta de concretização normativo-jurídica e a sua função simbólica (BRASIL, 1988; NEVES, 1994).

As desigualdades e a falha em relação ao acesso aos direitos básicos previstos no ordenamento jurídico brasileiro apresentam-se como uma questão

crônica e enraizada à formação histórica brasileira e à cultura. O passado escravocrata e o desenvolvimento inacabado da consciência de cidadania refletem direitos e deveres idealizados não em bases universalistas, mas conforme a posição de cada indivíduo na estrutura social (SARMENTO, 2019). Há uma flagrante desigualdade multidimensional, que não se refere somente à questão econômica e concentração de renda, mas reverbera na educação e na consciência cidadã.

A desigualdade no Brasil se associa a traços culturais também problemáticos. É o caso da cordialidade que não está atrelada a simpatia brasileira, mas na nossa confrontação em seguir regras impessoais de conduta (SARMENTO, 2019).

De acordo com Sarmento (2019, p. 60):

A cordialidade pode ser associada à lógica do “jeitinho”, que corresponde a uma patológica tendência ao excesso de flexibilidade na aplicação das normas jurídicas, pelas razões mais variadas, que vão da pura corrupção à empatia com o outro. Ela também se articula com o patrimonialismo, que se caracteriza pela circunstância de governantes e agentes públicos tratarem o Estado como se fosse a sua propriedade privada, submetendo a coisa pública às suas preferências e interesses. Essas características antirrepublicanas das nossas relações sociais comprometem a efetividade da igualdade, na medida em que solapam a lógica impessoal e universalista que deveria reger os processos de formulação e aplicação do Direito.

Em face desta análise, compreende-se, que no tocante ao direito à literatura, pode-se identificar o esvaziamento desse direito por meio da fragilidade na forma de efetivação das normas jurídicas estabelecidas. Desse modo, pode-se pensar em uma espécie de negligência a efetividade da igualdade. Marcelo Neves (1994), aborda essa anomalia da sociedade através das categorias de subintegração e sobreintegração. Os sobreintegrados são considerados os donos do poder, as pessoas que realmente acessam os direitos e, por vezes, manipulam o discurso constitucional privilegiando os seus próprios interesses, que nem sempre legítimos.

Segundo Neves (1994, p. 160-161):

a falta de concretização normativo-jurídica do texto constitucional está associada à sua função simbólica. A falta de retórica do Estado e do governo com o modelo democrático ocidental encontra respaldo no documento constitucional. Em face da realidade social discrepante, o modelo constitucional é invocado pelos governantes como álibi. [...] A

retórica político-social dos “direitos humanos”, paradoxalmente, é tanto mais intensa quanto menor o grau de concretização normativa do texto constitucional. [...]. Desmascarada a farsa constitucionalista, segue-se o cinismo das elites e a apatia do público.

É se de ressaltar que os direitos fundamentais estão previstos no ordenamento jurídico de um país, já os direitos humanos estão além de uma demarcação territorial, pois, são destinados a todas as pessoas do mundo. Logo, devido à “ausência” da literatura durante o preparo escolar do indivíduo, ocorre a limitação do modo de pensar sobre a sociedade, seu senso crítico e tudo o que a rodeia, fazendo com que impacte vulneravelmente no crescimento do indivíduo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CÂNDIDO, 2011; MORAES, 2016; SARMENTO, 2019).

Para Fontes (2018), é comum o ensino da literatura ser esvaziado no ambiente escolar em prejuízo daquilo que não justifica a própria existência da literatura. A BNCC, em sua elaboração, apresenta sete competências específicas para a área de Linguagens e suas Tecnologias, dentre elas apenas a competência seis cita as produções artísticas, e em virtude de seu aproveitamento reduz a atividade literária:

6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2017, p. 488).

Portanto, o ensino da literatura fica pressuposto no campo artístico, um tipo de manifestação de arte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, verifica-se que a luta pelo direito a literatura abrange uma luta por um Estado em que todos têm acesso à literatura como uma matéria autônoma, e não apenas como um conteúdo acoplado a disciplina de língua portuguesa, visto que, o formato em que a mesma é ministrada na atualidade das escolas aludidas,

manifestamente, reafirmam o esvaziamento do direito à literatura por meio da subjetividade do professor responsável pela matéria.

As obras literárias pronunciam a realidade do escritor, a partir delas o leitor é levado a refletir sobre si e sobre o outro, isso induz o pensamento crítico do indivíduo, algo que contribui para evolução do educando como pessoa humana. O desenvolvimento de uma visão criteriosa no período escolar colabora para o crescimento de cidadãos que pensam de forma independente e convivem com consciência e responsabilidade na sociedade.

Demonstrado ao decurso deste escrito, a pertinência da literatura para fomentar a percepção e a visão de mundo do estudante aponta o papel formador de seu senso crítico, e assim, coopera como um instrumento para a efetivação de um imaginário inclusivo, concretizando, portanto, direitos fundamentais instituídos na Constituição Federal de 1988.

Restou convencido, portanto, que para a concretização do direito ao ensino da literatura, carece de uma resistência contra a precarização do ensino da matéria nas instituições públicas supracitadas. Uma vez que a disciplina de literatura está inserida na matéria de língua portuguesa, há uma repressão para que o direito fundamental à literatura seja efetivado, pois a carga horária limitada impede com que o professor aprofunde nos temas, além de fazer com que a leitura seja insuficiente para que haja uma extensão dos saberes dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 129, de 05.07.2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>: Acesso em: 05 dez. 2022

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art3. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, DF: MEC/SEB/CNE, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos.** 5. ed. corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

FONTES, Nathalia Soares. **A literatura na base nacional comum curricular: o ensino literário e a humanização do indivíduo.** 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Pantanal, 2018. Disponível em: <https://ppgecpan.ufms.br/files/2019/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o- Nathalia-Soares-Fontes.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LUFT, Gabriela Fernanda Cé. **Retrato de uma disciplina ameaçada:** a literatura nos documentos oficiais e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). 2014. 302 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103887/000929096.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 dez. 2022.

NEVES, Marcelo. Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente. Dados, **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 253-276, 1994.

PEREIRA FILHO, Cesário Alvim. **Por que é importante ler literatura** [recurso eletrônico] = Por qué es importante leer literatura. Maria Mirtis Caser, Santinho Ferreira de Souza [orgs.]. Dados eletrônicos. Vitória : EDUFES, 2015.

PERRONE-MOISÉS, L. Literatura para todos. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 9, p. 16-29, 2006. DOI: 10.11606/issn.2237-1184.v0i9p16-29. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/l/article/view/19709>. Acesso em: 06 dez. 2022.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana:** conteúdo, trajetórias e metodologia. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi. Literatura na escola brasileira: história, normativas e experiência no espaço escolar. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** [online], n. 54, 2018, p. 409-433. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10378>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ZILBERMAN, R. O papel da literatura na escola. **Via Atlântica**, 1(14), 11-22, 2008. <https://doi.org/10.11606/va.v0i14.50376>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50376>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral - comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência**. São Paulo, Atlas, 2016.

UNIVALE. **Projeto de pesquisa Direito e literatura: um estudo sobre processos socioterritoriais inclusivos**, 2021.